

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.762 - SP (2019/0299414-2)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : JOSE GUILHERME DA SILVA VENTURA**  
**ADVOGADO : JOSÉ GUILHERME DA SILVA VENTURA - SP404460**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MAURICIO DANIEL SIQUEIRA BATISTA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator